

O setor agroalimentar (II): os desafios do Pacto Ecológico Europeu e da nova Política Agrícola Comum

A nova Política Agrícola Comum, que entrará em vigor em 2023, adapta a agricultura ao Pacto Ecológico Europeu, cujo objetivo é tornar a economia europeia mais sustentável, nomeadamente através do combate às alterações climáticas. Um importante pilar deste Plano é a nova estratégia do Prado para o Prato que tem como objetivo o acesso das populações a uma alimentação saudável e sustentável a preços acessíveis, o combate às alterações climáticas, a proteção do ambiente e preservação da biodiversidade, assegurar o justo pagamento dos produtores e aumentar a área dedicada à agricultura biológica.

Para tal foram estabelecidos um conjunto de metas que passam pela redução de pesticidas e fertilizantes em 50% e 20%, respetivamente, e o aumento da área ocupada por agricultura biológica para 25%. A adicionar a estas metas mais direcionadas para o setor agrícola acresce a redução em 55% das emissões de gases com efeito estufa.

O cumprimento destas metas beneficiará da grande dimensão dos fundos europeus disponíveis para os próximos 6 anos, destacando-se entre estes os atribuídos ao abrigo do Next Generation EU. Neste âmbito, ao abrigo da componente C05 do Plano de Recuperação e Resiliência dedicada à capitalização e inovação empresarial, foi lançada a Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria,

cujo objetivo é promover o crescimento de setor agroalimentar de forma sustentável, contando com uma dotação de 93 milhões de euros, dos quais 80 milhões se destinam à transição climática e 13 milhões à digital. Destes foram já lançados dois programas, cada um dotado de 4 milhões de euros: o Agricultura 4.0 para promover a digitalização e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação, e o Territórios Sustentáveis com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e gestão eficiente de recursos naturais.

O primeiro objetivo estabelecido para mitigar os efeitos das alterações climáticas na Europa é a redução de 55% das emissões de gases com efeito estufa entre 1990 e 2030. A contribuição do setor agrícola para as alterações climáticas advém da emissão de metano (CH₄) resultante do processo digestivo do gado, manuseamento do esterco e cultura do arroz; óxido nitroso (N₂O) resultante de solos fertilizados com azoto e estrume; e dióxido do carbono (CO₂) resultante de alterações na utilização dos solos. Mas o setor agrícola também pode contribuir para a redução destas emissões através do aumento da área florestal/vegetal, que contribui para a absorção do CO₂.

Em Portugal, a evolução global destas emissões apresenta um comportamento favorável desde 2005, antecipando-se que a manutenção dos ritmos de redução de emis-

Portugal: objetivos do Pacto Ecológico Europeu para o setor agroalimentar

Objetivo	Meta	Nível no ano de referência	Último dado	Ano	A meta é atingível?	
Redução das emissões de gases efeito estufa	55% do nível de 1990 em 2030	7.141	Mil toneladas	6.870	2019	Sim, mantendo ritmo de redução idêntico ao de 2018-19 (em torno das 3,5 mil tons/ano)
Uso de pesticidas químicos	50% do nível de 2011-13	100	Índice de risco harmonizado	75	2019	Sim. Em média entre 2017-19 utilização foi reduzida em 30%
Venda de pesticidas químicos	50% do nível de 2011	14.024	Toneladas	9.866	2019	Difícil. O cumprimento da meta implica esforço significativo
Redução da perda de nutrientes no solo - azoto	50% do nível de 2012-14	42,5	Balanço bruto de nutrientes/hectare Área agrícola utilizada (kg/ha)	45,2	2019	Cumprimento da meta implica inversão da tendência atual
Redução da perda de nutrientes no solo - fósforo	50% do nível de 2012-14	3,9	Balanço bruto de nutrientes/hectare Área agrícola utilizada (kg/ha)	5,8	2019	Cumprimento da meta implica inversão da tendência atual
Pleno acesso das populações rurais a internet de banda larga	100% em 2025	44	% de zonas rurais com acesso	74	2020	Sim
Área agrícola ocupada por agricultura biológica	25% da área agrícola utilizada em 2030	-	% da área agrícola utilizada	8,2	2019	Necessário esforço adicional de conversão. Em 2017-19 o aumento médio anual foi de 0,6%. Para cumprimento da meta é necessário acréscimo de 1,8%/ano
Área agrária ocupada por elementos paisagísticos de grande diversidade	10% da área agrícola utilizada em 2030	-	% da área agrícola utilizada	7,6	2018	-

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Eurostat.

Processadores da indústria alimentar em modo de produção biológico

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	% do total	Crescimento médio anual
Total	604	650	794	788	880	1.019		11,0
Frutas e hortícolas	227	278	310	337	330	387	38,0	11,3
Óleos e gorduras	98	97	165	233	241	274	26,9	22,8
Bebidas	45	54	83	125	147	171	16,8	30,6
Cereais e leguminosas	42	46	67	63	66	77	7,6	12,9
Prod. à base de farinha	48	47	55	65	63	67	6,6	6,9
Carne	35	34	35	36	40	47	4,6	6,1
Lacticínios	17	16	21	17	24	36	3,5	16,2
Peixe	13	11	17	18	17	22	2,2	11,1
Alim. para animais		6	7	11	13	15	1,5	25,7
Out. prod. alimentares	291	254	322	397	456	480	47,1	10,5

Nota: Somatório superior ao total, provavelmente porque a maioria dos processadores não são produtores de um único produto.

Fonte: BPI Research com base no Portal do estado do ambiente.

sões permitirá o cumprimento da meta estabelecida pela UE. Contudo, o setor agrícola difere do comportamento da economia total, pois desde 2011 tem-se assistido ao aumento dessas emissões. Em 2019 estas eram de 6,9 milhões de toneladas, quase mais 4 milhões do que resulta da aplicação da meta ao setor, contribuindo em cerca de 12% das emissões totais da economia (11% na EU, 13% em Espanha). Mas olhando para este indicador tendo em conta a superfície agrícola utilizada (SAU), parece evidente a atenção que o setor presta à questão, já que entre 2005 e 2019, as toneladas de gases com efeito estufa emitidas por hectare caíram de 23 toneladas para 16, sinalizando a melhoria dos investimentos do ponto de vista ambiental.

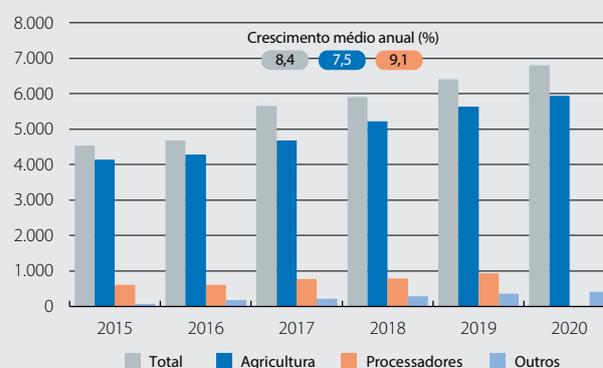
A segunda meta estabelece a redução do uso de pesticidas químicos em 50% até 2030. Tendo por base o índice de risco harmonizado para uso de pesticidas,¹ Portugal apresenta uma evolução positiva tendo reduzido em 25% a utilização de pesticidas. No entanto, este é um objetivo ao qual será importante continuar a prestar atenção, porque embora até 2016 a redução tenha sido significativa, apresenta desde aí uma estabilização. Da mesma forma, há uma redução importante (-30%) na venda de pesticidas desde 2011, mas nos últimos 3 anos a tendência inverteu-se. O cumprimento da meta implica redução média anual de 780 toneladas / ano, muito acima da redução de 32 toneladas / ano registadas em 2017-2019.

Outro aspeto relevante em que o setor agrícola pode contribuir para o cumprimento do plano verde europeu prende-se com a redução em 50% das perdas de nutrientes no solo até 2030, de forma a reduzir o risco de poluição do solo, da água e do ar. Para tal é calculado o balanço de nutrientes,² cujos resultados para Portugal são insatisfatórios, sobretudo no caso do azoto, cujo excedente nos últimos anos apresenta uma tendência crescente, atingido os 45 kg

1. Os indicadores de risco harmonizados medem os progressos alcançados no cumprimento dos objetivos da Diretiva 2009/128 / CE sobre a utilização sustentável de pesticidas (Eurostat).

Operadores em modo produção biológico

Unidades



Fonte: BPI Research, com base no Portal do estado do ambiente.

por hectare de área agrícola utilizada em 2019. No caso do balanço do fósforo a evolução também é desfavorável, mas o excedente é mais reduzido: 5,8 Kg.

Outra meta estabelecida no pacto verde europeu diz respeito à redução do isolamento de zonas rurais através, por exemplo, da possibilidade de pleno acesso das populações rurais a internet de banda larga. O objetivo é que a cobertura destas zonas seja de 100% em 2025, e aqui Portugal encontra-se bem posicionado, cobrindo já cerca de 70% destas áreas.

Finalmente, o objetivo de que 25% de área agrícola seja ocupada por agricultura biológica. Segundo o Eurostat,

2. O cálculo do balanço de nutrientes (azoto e fósforo) resulta da diferença entre a incorporação destes nutrientes no solo e a sua remoção pelas culturas. O balanço de nutrientes é necessário à monitorização dos Programas de Desenvolvimento Rural. Propõe-se ser indicador da ameaça potencial do excedente ou défice de dois importantes nutrientes do solo e das plantas em terras agrícolas (azoto e fósforo), fornecendo uma visão sobre a inter-relação entre o uso sustentável dos recursos nutricionais do solo, o uso de fertilizantes agrícolas (inorgânicos e orgânicos) e respetivas perdas para o ambiente. A Estratégia do Prado ao Prado, lançada no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, estabelece o objetivo UE de reduzir as perdas de nutrientes em pelo menos 50% e o uso de fertilizantes em pelo menos 20% até 2030.

em Portugal esta percentagem era de 8,2% em 2019, uma evolução positiva, mas que continua aquém do objetivo. O mesmo acontece na proporção da área agrária ocupada por elementos paisagísticos de grande diversidade, cujo objetivo do Pacto Verde Europeu é de 10% e que em Portugal se situa em 7,6%.

A evolução da terra cultivada com recurso a agricultura biológica revela a aposta em métodos de produção mais sustentáveis

Segundo o portal do estado do ambiente, em 2019, 293 mil hectares eram ocupados pelo modo de produção biológica (MPB), distribuídos por pastagens (62%), culturas permanentes (21%) e temporárias (18%). O aumento da área em MPB foi acompanhado pelo aumento dos operadores em MPB, que em 2020 eram 6.795, dos quais cerca de 90% a operar em atividades agrícolas. A importância do MPB é também evidente na indústria alimentar e bebidas. Em 2020 havia 1.019 processadores a atuarem na transformação de produtos alimentares, destacando-se os que operam nos setores das frutas e hortícolas, nos óleos e gorduras e outros produtos alimentares, como por exemplo, açúcar, chocolate, café e chá, condimentos e pré-cozinhados.

Enfim, no campo da sustentabilidade o setor agrícola ainda tem pela frente importantes desafios, mas grande parte dos indicadores mostra que o setor está atento às principais questões, o que facilitará a aceleração das mudanças necessárias ao cumprimento dos objetivos inscritos no Pacto Ecológico Europeu e na nova Política Agrícola Comum.